

Senado vota licença para processar

Alguns pedidos estão na gaveta desde 1995. Presidente da CCJ diz que decisão não tem nada a ver com caso Luiz Estevão

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado vota, amanhã, 14 pedidos do Supremo Tribunal Federal (STF) para abrir processos contra senadores. Alguns pedidos estavam engavetados

desde 1995. Como se sabe, tanto os senadores como os deputados só podem ser processados criminalmente com prévia licença do Senado ou da Câmara, mesmo que o fato tenha ocorrido quando eles não eram parlamentares.

Aguardando a licença estão os senadores Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), Carlos Bezerra (PMDB-MT), Ernandes Amorim (PPB-RO), Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), Carlos Wilson (PPS-PE), Bernardo Cabral (PFL-AM), Roberto Requião (PMDB-PR) e Lauro

Campos (PT-DF). A decisão de votar os pedidos antes do recesso parlamentar foi motivada pela possibilidade de o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) também entrar na lista.

O Procurador Geral da República, Geraldo Brindeiro, pediu ontem que o Supremo Tribunal Federal solicite licença ao Senado para processar Luiz Estevão por crime eleitoral. O senador teria se utilizado de nota fiscal falsa como prova numa investigação da Justiça Eleitoral ainda quando era deputado distrital de Brasília em 1997.

Mas essa não é a acusação mais grave contra o senador brasiliense. Luiz Estevão, citado no relatório da CPI do Judiciário, é acusado de envolvimento no caso da obra superfaturada do Fórum Trabalhista de São Paulo (TRT). Para processá-lo neste caso, o Supremo Tribunal Federal também precisa da autorização do Senado.

“Não foi o caso de Luiz Estevão que determinou a votação, mas o assunto está na ordem do dia. A opinião pública cobra”, disse o presidente da CCJ, senador José Agripino Maia (PFL-

RN). “Se o pedido contra ele chegar à comissão, a pauta estará limpa”. O presidente da comissão explicou que os pedidos ainda não foram votados este ano porque a pauta da CCJ estava sobrecarregada. O presidente do Senado, Antonio Carlos, também pediu pressa. “Quero é votar logo para que não fiquem vocês dizendo todo dia que o Senado não vota licença para (processar) senadores”, afirmou o senador. “Os relatores do processo podem conceder ou não a licença, mas devem votar logo.”

Na verdade, os senadores da

Comissão de Constituição e Justiça não têm mostrado agilidade quando o assunto envolve colegas de parlamento. Na legislatura passada, quatro senadores se livraram de responder a processo no Supremo Tribunal Federal: Eptácio Cafeteira, Odacir Soares, Júlio Campos e Álvaro dos Santos Pacheco. Os pedidos para processar os ex-senadores ficaram na gaveta durante os quatro anos do mandato deles.

TACIANA COLLET

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA